

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Pregão Eletrônico nº 90028/2025 – CREA-RS

Recorrente: AI.BRAZIL TECHNOLOGIES & DATACENTER LTDA.

Recorrida: JOIN TECNOLOGIA DA INFORMATICA LTDA

I – SÍNTESE OBJETIVA DOS FATOS

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA-RS promoveu o Pregão Eletrônico nº 90028/2025, regido pela Lei nº 14.133/2021 e pelo respectivo edital.

Após a fase de lances, a empresa AI.BRAZIL foi inicialmente declarada vencedora, vindo a ser **desclassificada em razão de recurso administrativo julgado procedente**, por descumprimento objetivo das exigências de qualificação técnica.

Convocada a licitante remanescente, JOIN TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA LTDA., o Pregoeiro solicitou, por meio do chat do sistema Compras.gov.br, **documentos específicos**, notadamente:

- proposta atualizada;
- declaração conforme Anexo III do edital;
- documentos relativos ao **item 9.4 (qualificação técnica)**.

Não houve, naquele momento, **convocação formal para apresentação da documentação completa de habilitação**, nos termos do edital.

Ainda assim, a JOIN foi inicialmente inabilitada pela ausência de documento previsto no **item 9.3.2 (Certidão Negativa de Falência)**. Posteriormente, reconhecido o equívoco procedimental, a Administração **corrigiu o ato**, oportunizando a apresentação da documentação de habilitação na forma prevista no edital.

Contra essa decisão, insurge-se a recorrente.

II – DA PREMISSE EQUIVOCADA DO RECURSO

A recorrente sustenta que a JOIN:

- teria deixado de manter o SICAF atualizado;
- teria apresentado documento de habilitação “fora do prazo”;
- teria sido beneficiada por “habilitação tardia”.

A tese não se sustenta, pois **ignora a estrutura procedimental prevista no próprio edital**, especialmente quanto à **necessidade de convocação formal para início do prazo de habilitação**.

III – DO EDITAL: DEVER DE ATUALIZAÇÃO DO SICAF E NECESSIDADE DE CONVOCAÇÃO

É correto afirmar que o edital impõe ao licitante o dever de manter o SICAF atualizado, conforme dispõe o **item 8.8**, ao estabelecer que é responsabilidade do licitante conferir e atualizar seus dados cadastrais.

Entretanto, o mesmo edital é igualmente claro ao prever que:

“Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados ou se encontrem desatualizados no SICAF serão enviados no prazo de 4 (quatro) horas, contado da solicitação no chat pelo(a) pregoeiro(a).”

(item 8.10 do edital)

Ou seja, o edital **condiciona expressamente o envio da documentação de habilitação à convocação formal da Administração**.

Não há, portanto, contradição entre os dispositivos: há uma **relação de complementaridade**.

Sem convocação, **não há termo inicial de prazo**.

IV – DA INEXISTÊNCIA DE PRAZO SEM CONVOCAÇÃO FORMAL (E DA IMPOSSIBILIDADE DE “HABILITAÇÃO TARDIA”)

No caso concreto, **não houve solicitação formal para envio da documentação prevista no item 9.3 do edital**, em especial da certidão negativa de falência (item 9.3.2).

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é firme no sentido de que:

“O prazo para apresentação de documentos somente se inicia a partir de convocação válida e inequívoca da Administração.”

(TCU, Acórdão 1.214/2013 – Plenário)

No mesmo sentido:

“Não se pode imputar ao licitante penalidade decorrente da ausência de apresentação de documentos quando não houve solicitação clara e formal por parte da Administração.”

(TCU, Acórdão 2.622/2015 – Plenário)

Logo, é juridicamente impossível falar em apresentação intempestiva ou habilitação tardia quando o prazo sequer foi validamente aberto.

V – DA CORREÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO E DO FORMALISMO MODERADO

A Administração Pública possui o dever de **corrigir seus próprios atos quando eivados de erro**, especialmente quando o equívoco decorre de falha procedimental que possa gerar eliminação indevida de licitante.

O TCU reconhece expressamente que:

“A adoção do formalismo moderado impõe à Administração a correção de falhas procedimentais que não comprometam a isonomia nem a

competitividade do certame.”

(TCU, Acórdão 357/2015 – Plenário)

No presente caso, a correção do procedimento:

- não criou vantagem indevida;
- não flexibilizou requisito de habilitação;
- apenas **restabeleceu a sequência prevista no edital.**

VI – DA INAPLICABILIDADE DO ART. 64 DA LEI Nº 14.133/2021

A recorrente invoca indevidamente o art. 64 da Lei nº 14.133/2021, como se tivesse ocorrido complementação ou substituição de documentos de habilitação.

Todavia, referido dispositivo pressupõe:

- existência de prazo de habilitação validamente instaurado;
- tentativa de suprir requisito após o encerramento da fase.

Nenhuma dessas hipóteses ocorreu.

A jurisprudência do TCU é clara ao diferenciar:

“Complementação indevida de documentos”

de

“apresentação regular de documentos após convocação válida.”

(TCU, Acórdão 1.793/2011 – Plenário)

Assim, o art. 64 **não se aplica** ao caso concreto.

VII – DA AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO À ISONOMIA E À VINCULAÇÃO AO EDITAL

Ao contrário do alegado pela recorrente, a decisão administrativa:

- respeitou os **itens 8.10, 8.12 e 8.13 do edital**;
- preservou a isonomia material entre os licitantes;
- evitou que um erro da Administração produzisse efeito eliminatório indevido.

O TCU já assentou que:

“A vinculação ao edital não pode ser interpretada de forma a legitimar ilegalidades ou perpetuar falhas procedimentais da Administração.”

(TCU, Acórdão 1.793/2011 – Plenário)

VIII – CONCLUSÃO

O recurso da AI.BRAZIL:

- parte de interpretação fragmentada do edital;
- ignora a exigência de convocação formal para habilitação;
- tenta transformar falha procedimental da Administração em penalidade ao licitante.

A manutenção da habilitação da JOIN **não representa exceção**, mas sim **aplicação correta do edital e da jurisprudência consolidada do TCU**.

IX – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

1. **O não provimento do recurso administrativo interposto pela AI.BRAZIL TECHNOLOGIES & DATACENTER LTDA.;**
2. **A manutenção da habilitação da empresa JOIN TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA LTDA.;**
3. **O regular prosseguimento do certame, com observância estrita ao edital e à Lei nº 14.133/2021.**



Termos em que,
Pede deferimento.

Porto Alegre, 5 de fevereiro de 2026.

JOIN TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA LTDA.

11.914.229/0001-58

Av. Carlos Gomes Nº 1672 - Bairro Petrópolis,

Porto Alegre/RS, (51) 3084.3710

Gustavo Veronese | Sócio Administrador

9084017566 SSP/DI RS | 810.535.250-87